

3º PAINEL

SÃO PAULO REDEFINE O SEU MODELO

O governador Fleury testa a associação entre o setor público e a iniciativa privada

Há alguns anos cristalizou-se na América Latina a necessidade de ajustes econômicos estruturais, e os programas implementados têm essencialmente a mesma natureza: a abertura dos mercados, com a integração internacional, a desregulamentação e a privatização. Busca-se a ordem monetária, o equilíbrio fiscal e a redefinição do Estado, acreditando que as forças do mercado possam promover o equilíbrio e o desenvolvimento.

Eu gostaria de falar daquilo que nós temos procurado fazer diante da realidade brasileira. Em primeiro lugar, a restauração do planejamento no setor público. É fundamental que tenhamos metas a serem atingidas, meios para atingir essas metas, e que o setor público se convença de que esse é o caminho. Em segundo lugar, a discussão do papel do Estado. Temos buscado junto à iniciativa privada o apoio necessário para os investimentos na infra-estrutura.

Os mecanismos tradicionais de financiamento estão absolutamente esgotados. As dificuldades para a obtenção de empréstimos internacionais todos nós conhecemos. A outra forma de financiamento, que era o aumento de impostos, é impossível: ninguém mais suporta qualquer aumento na carga tributária. Isso leva à necessidade de um enxu-

AS MEDIDAS TOMADAS EM SÃO PAULO NO CAMPO DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — COMO A PROIBIÇÃO DE CONTRATAÇÕES, A NÃO SER NAS ÁREAS SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA — NOS LEVARAM A UMA SITUAÇÃO EM QUE, PODÉMOS DIZER HOJE, O ESTADO SE ENCONTRA EQUILIBRADO NAS SUAS FINANÇAS.

(do governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho)



Sérgio Anzoti/AE

gamento do Estado e mostra que a parceria é o caminho correto.

Vamos anunciar no dia 2 de julho os primeiros projetos de parceria com a iniciativa privada em termos de concessão de servi-

ços de obras públicas. São medidas que poderão ser adotadas através de uma lei aprovada na Assembléia Legislativa, que não exclui participação de qualquer tipo de capital. Todas as licita-

ções, todas as concorrências serão internacionais e há um grande interesse tanto do setor privado nacional quanto internacional nas várias hipóteses que teremos: desde mini-usinas hidrelé-

tricas até a possibilidade de termos a hidrovia Tietê-Paraná.

Ao mesmo tempo, verificamos a necessidade de mecanismos maiores de controle por parte do próprio Estado. Estamos fazendo uma verdadeira reforma nas estatais estaduais. Fizemos essas empresas assinarem conosco os contratos de gestão que estão vigorando para este ano e, graças a um sistema de informática denominado gestor, acompanhamos os programas para ver se eles serão cumpridos. Verificamos coisas que provavelmente não se tinha conhecimento anteriormente. Por exemplo, a Cesp tem 143 advogados no seu quadro jurídico e acho que não há necessidade de grande esforço para se verificar o exagero.

Para resumir, acho que o fundamental é um planejamento, o estabelecimento de metas e de políticas de médio e longo prazos. A definição de uma política industrial, de uma política agrícola, de uma política social, e com isso um planejamento adequado, a definição do papel do Estado e o ajuste fiscal — que todos nós achamos necessário. O importante neste momento é somar as idéias que são motivo de convergência, deixar um pouco de lado as divergências e buscar o caminho da união entre aqueles que realmente pensam no País e pensam em administrar.